

CADERNO 1

02 O que é Educação Integral

**Currículo
e Educação
Integral
na Prática**

UMA REFERÊNCIA
PARA ESTADOS
E MUNICÍPIOS

Dica

O que é
Educação
Integral?

ASSISTA AO VÍDEO

5 MINUTOS



Clique aqui

Definição de Educação Integral

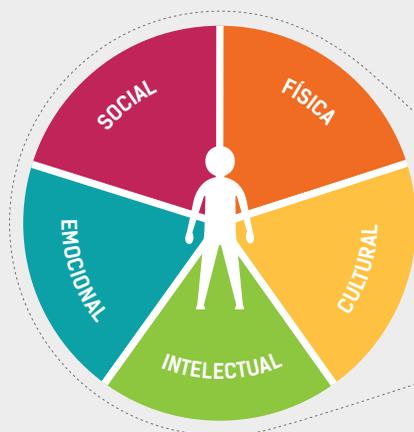
A FORMAÇÃO HUMANA é um processo integral.

Acontece o tempo inteiro, ao longo de toda a vida e em todos os espaços. É também trajetória social e trilha individual, em que valores, linhas de pensamento e formas de organização social se fundem com as escolhas, preferências e habilidades de cada um.

A defesa da Educação Integral pressupõe garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para isso, pressupõe também a existência de um projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

A Educação Integral vem sendo construída por um movimento brasileiro que ganhou força no final da década de 1990 como uma concepção que propõe a constituição de políticas e práticas educativas inclusivas e emancipatórias. Ao posicionar o estudante e seu desenvolvimento no centro do processo educativo, reconhecendo-o como sujeito social, histórico, competente e multidimensional, a Educação Integral tem contribuído para reconectar o sentido da escola e da educação com sua vida.

“O que se observa nas discussões de vários autores, especialmente os clássicos da pedagogia, é que, quando se fala em Educação Integral, fala-se de uma concepção de ser humano que transcende as concepções redutoras que hoje predominam na educação, por exemplo, as que enfatizam apenas o homem cognitivo ou o homem afetivo. A integralidade da pessoa humana abarca a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretenda “integral” trabalharia com todos estes aspectos de modo integrado – ou seja – a educação visaria à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional.” (GATTI apud GUARÁ, 2006, p. 16).



Todo indivíduo é multidimensional

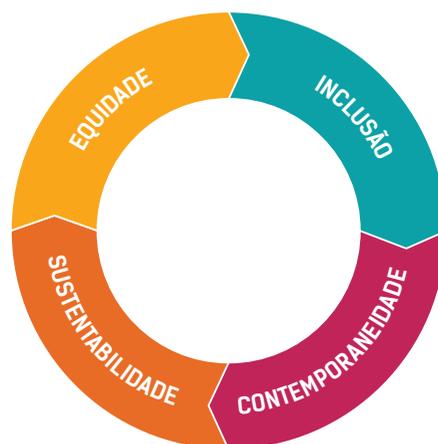
e é necessária uma articulação de atores que apoiem e sustentem seu desenvolvimento integral no território



Centro de Referências em Educação Integral

Educação Integral: uma proposta contemporânea, inclusiva, sustentável e fundamental para a superação das desigualdades

A Educação Integral enquanto concepção educacional se sustenta por quatro princípios: equidade, inclusão, contemporaneidade e sustentabilidade



- **A Educação Integral promove** a equidade ao reconhecer o *direito de todos e todas* de aprender e acessar oportunidades educativas *diferenciadas e diversificadas* a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.
- **A Educação Integral é inclusiva** porque reconhece a *singularidade* dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da *pertinência* do projeto educativo para todos e todas;

- **A Educação Integral é uma proposta contemporânea** porque, alinhada às demandas do século XXI, tem como foco a formação de *sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo*.
- **A Educação Integral é uma proposta** alinhada com *a noção de sustentabilidade* porque se compromete com processos educativos contextualizados, sustentáveis no tempo e no espaço, com a integração permanente entre o que se aprende e o que se pratica.

Essa escola contemporânea, comprometida com a equidade, a inclusão e a sustentabilidade é, portanto, a escola que a Educação Integral pretende promover.

Histórico da Educação Integral no Brasil

Com suas origens ainda na década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova¹, e mais tarde, na década de 1950, com a criação da Escola Carneiro Ribeiro e das Escolas-Parque/Escolas-Classe, por Anísio Teixeira, a proposta de ampliação de tempos, espaços, sujeitos e oportunidades educativas da escola começou a ganhar força e visibilidade.

Anísio Teixeira defendia a escola de tempo integral, mas também o enriquecimento do programa curricular com atividades práticas, tornando a escola parte da comunidade e conectada à vida. A concepção de Teixeira de um projeto educacional para o Brasil já considerava a necessária e indissociável relação escola-comunidade. Para ele, a educação não podia estar limitada ao espaço-tempo da escola, uma vez que a aprendizagem só é possível se contextualizada. Assim, aprendemos algo para executar uma ação, uma tarefa e/ou para compreender melhor o mundo em que vivemos e atuar na sua transformação. A educação centrada no conteúdo por si mesmo, apartado do contexto, carece de sentido e não mobiliza o interesse dos estudantes.

¹ Ver “Manifesto dos pioneiros a educação nova”. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, p.188-204, ago.2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Último acesso em 26/11/2018.

Na década de 1980, inspirado no projeto das Escola-Parque de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro idealizou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), durante sua gestão como secretário de Educação no Estado do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. Ribeiro trouxe novamente para o centro do debate a necessidade de um programa de Educação Integral. Mesmo tendo como objetivo proporcionar educação, esporte, cultura, assistência social, segurança alimentar e saúde aos estudantes das escolas públicas, o programa ficou muito marcado pela ampliação de jornada e pela força do projeto arquitetônico, concebido por Oscar Niemeyer, o qual – muitos acreditavam – tinha primazia sobre o projeto pedagógico.

Desde então, diversas iniciativas de Educação Integral foram implementadas no Brasil, mas foi em 2001 que o tema voltou ao debate nacional com a proposta dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), na cidade de São Paulo. Eles foram concebidos como um projeto intersecretarial, integrando Educação, Esporte e Cultura, com forte articulação com a comunidade e gestão democrática e participativa.

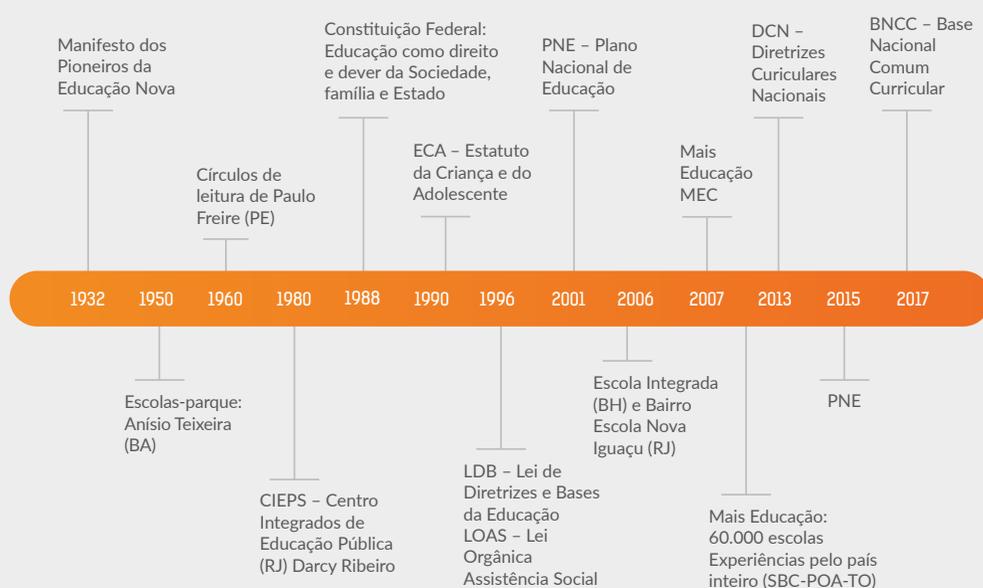
A Educação Integral se fortaleceu ainda mais quando, em 2007, o governo federal instituiu por meio de Portaria Interministerial², o Programa Mais Educação como estratégia de ampliação da jornada escolar e organização curricular na perspectiva da Educação Integral, inspirado no conceito de Bairro-Escola criado pela Associação Cidade Escola Aprendiz e aprofundado como política pública pelos municípios de Nova Iguaçu (RJ) e Belo Horizonte (MG).

O Mais Educação, entendido como uma ação indutora de políticas municipais de Educação Integral, possibilitou a expansão da jornada e a diversificação das atividades, sem necessariamente ampliar o espaço físico das escolas ou o número de docentes. O programa passou a reconhecer que educadores populares e demais agentes dos territórios podem criar uma rede capaz de atuar junto aos professores e funcionários das escolas. Assim, as unidades da rede foram estimuladas a

² Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf

estabelecer parcerias com espaços externos que poderiam oferecer uma prática educativa. Essa expansão do território educativo demandou, por sua vez, uma maior conexão entre a escola e o seu entorno, ao passo que também possibilitou que essas instituições se reconhecessem como parte de um sistema mais complexo, composto por organizações e agentes de educação formal, não formal e informal.

Educação Integral: Trajetória no Brasil



Linha do tempo dos movimentos e marcos legais associados à Educação Integral no Brasil. Fonte: Centro de Referências em Educação Integral (CREI)³

³ A linha do tempo traz movimentos e marcos legais que afirmam paulatinamente no Brasil a concepção de educação para o desenvolvimento integral como perspectiva de garantia de direitos e superação de desigualdades a partir da escola e da articulação de um território educativo que a alargue e situe: o movimento escolanovista, cujo marco é o manifesto dos pioneiros da educação de 1932; a proposta das escolas parque de Anísio Teixeira na Bahia; a proposta de educação popular e os círculos de leitura comunitários de Paulo Freire; a proposta dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) propostos por Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro; a instituição do direito à educação para o pleno desenvolvimento proposto pela Constituição federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação em 1996; A Política Nacional Mais Educação de indução da ampliação de ofertas curriculares socioeducativas em contraturno escolar; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2010; no Plano Nacional de Educação de 2015 (ampliando e aprofundando o PNE de 2001) e na Base Nacional Curricular Comum de 2017. Para um aprofundamento dos exemplos veja: <<http://www.educacaointegral.org.br/linha-do-tempo> e <http://educacaointegral.org.br/marcos-legais/>>. Último acesso em 20/10/2018.

Isso significa que não estamos falando apenas da incorporação de novos equipamentos que passam a ser conectados à escola, mas também do surgimento de novos espaços de gestão e de pactuação da política pública de educação. Assim, o Mais Educação, com seu caráter intersetorial, estimulou a articulação das políticas socioeducativas existentes, provocando os gestores públicos e levando-os a reconhecer a possibilidade de estabelecer novos arranjos para programas de Educação Integral.

Embora concebido como indutor de uma política de Educação Integral, o Programa Mais Educação não chegou a desenhar uma estratégia articulada para a implementação de uma política pública federal, tendo circunscrito seu alcance aos amplos debates e experimentações de novos arranjos e possibilidades.

Educação Integral como concepção educativa para o desenvolvimento integral

A concepção de Educação Integral pressupõe o pleno desenvolvimento das pessoas nas diferentes etapas da vida, a centralidade do sujeito nas propostas educativas e a convicção de que a aprendizagem é fruto das relações do sujeito com tudo que o cerca: o meio, o outro, os objetos de seu conhecimento.

A Educação Integral é, desta forma, uma concepção de educação comprometida com a construção de conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes.

Para tanto, as aprendizagens devem ajudar a aprofundar o desenvolvimento da criança e do adolescente, e inversamente, todas as forças propulsoras do desenvolvimento devem ser aproveitadas para estimular e facilitar as diferentes aprendizagens.

“Os sujeitos da Educação Básica compreendem todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, juventude, idade adulta e velhice. Cada uma dessas fases guarda especificidades na forma de relacionamento com a realidade. É do imbricamento entre aprendizagem e desenvolvimento que se desenham as possibilidades de os sujeitos se apropriarem de novas formas de atuar sobre a realidade. Nesse sentido, aprendizagem e desenvolvimento, observados na perspectiva do direito, se constituem balizadores das propostas curriculares. Para que possamos avançar na compreensão desses processos, entendendo-os como direito subjetivo dos sujeitos, é necessário estar claro, no contexto dessa discussão, o que se entende por “desenvolvimento” e “aprendizagem”. Em primeiro lugar, precisamos pontuar que aprendizagem e desenvolvimento são processos contínuos, que superam a ideia de passagem ou trânsito, ou de etapas estanques. Aprender e desenvolver-se no espaço escolar deve ser resultado de um processo que ocorre em um *continuum*, ou seja, que não começa nele e que nele não se esgota. Isto significa compreender que há processos de aprendizagem e desenvolvimento anteriores e concomitantes, que ocorrem em circunstâncias distintas.” (BONINI et al, 2018, p.21 a 22)

Dica

APROFUNDE SUA LEITURA NO DOCUMENTO

“Direitos de aprendizagem e ao desenvolvimento da educação básica: subsídios ao currículo nacional”

do Grupo de Trabalho sobre Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento.
BONINI, Adair; DRUCK, Iole; BARRA, Eduardo (orgs.) MEC, 2018.

DISPONÍVEL EM: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55911/direitos_a_aprendizagem_e_ao_desenvolvimento_na_educacao_basica_subsidijs_ao_curriculo_nacional-preprint.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em 30/08/2018



Clique aqui

O que é aprendizagem?

As crianças nascem naturalmente curiosas e investigativas, e essas características são potencializadas ou não pelas experiências que elas têm ao longo da vida. Na perspectiva da Educação Integral, as práticas escolares devem estimular as aptidões naturais de todas as crianças, contribuir para o desenvolvimento de novas capacidades e linguagens durante a infância e a adolescência, favorecendo os processos de investigação e construção de conhecimentos e de sentidos coletivos e compartilhados.⁴

A aprendizagem refere-se a um processo de base natural, fisiológica e neuronal, mas que por força da cultura e da educação, torna-se intencionalmente condicionada e dirigida a certas formas e resultados. Há períodos de desenvolvimento mais sensíveis que funcionam como “janelas de oportunidade” para intensificar aprendizagens, como períodos associados às podas neuronais da infância e da adolescência.⁵ Por isso, a garantia de direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação básica é tão importante.

Há diferentes modos de aprender: por imitação; por memorização; por coerção; por tentativa e erro; por métodos lógicos e demonstráveis de experimentação; por estudo e reflexão sobre os próprios erros etc. Aprendizagem é sempre algum tipo de ação (mental, emocional ou corporal) com o mundo, mediada pelo outro, pela linguagem, pelo

⁴ A Rede de Aprendizagem Criativa no Brasil está divulgando uma concepção de aprendizagem baseada no jardim da infância. Mitchel Resnick, do MIT (Massachusetts Institute of Technology) fundou o laboratório do jardim da infância para a vida toda (Lifelong kindergarden) em que a base de pesquisa é uma espiral inspirada na observação atenta de como as crianças brincam e aprendem: brincar-refletir-imaginar-criar-compartilhar-imaginar e assim em diante. Ou seja, um modelo de educação e de criatividade que estende-se para toda a vida e articula aprendizagem e desenvolvimento e criatividade. Conheça e saiba mais em: <<http://aprendizagemcriativa.org/>>. Último acesso em 20/10/2018.

⁵ Nos primeiros anos de vida, mais de 1 milhão de novas conexões neurais são formadas a cada segundo. Após este período de proliferação rápida, as conexões neurais são reduzidos por meio de um processo chamado de poda neural ou sináptica, de modo que os circuitos cerebrais se “reciclam” e eliminam conexões (sinapses) pouco usadas, fortalecem “trilhas” e circuitos mais usados, para, assim, tornarem-se mais eficientes (no seu balanço energético) e eficazes (no armazenamento e na transmissão de informações na memória de longa duração e na memória de trabalho). Durante a adolescência um processo análogo ocorre e “recicla” conexões neurais desenvolvendo especialmente os lóbulos cerebrais frontais, especializados nas chamadas funções executivas ou funções complexas de reflexão e tomada de decisão (GAZZANIGA; HEATHERTON; HALPERN, 2005).

contexto social.⁶ Para facilitar a compreensão, podemos dividir os tipos de aprendizagem em dois grupos de estratégias, mais e menos ativas, como demonstrado no quadro abaixo:

Diferença esquemática entre estratégias mais ou menos ativas de aprendizagem

Estratégia mais ativa

Observação

Formulação e investigação de hipóteses

Resolução de problemas por enfoque de compreensão profunda

Investigação prática (métodos de experimentação “mão na massa” e de trabalho de campo)

Tentativa e erro

Comparação de diferentes estratégias

Construção de responsabilidade de trabalho em grupos (colaboração, debate, co-criação)

Registro processual (tornar a aprendizagem visível para si e para o outro)

Estudo teórico (enfoque de construir para si compreensão profunda)

Desenvolvimento de performances perante outros (encenar, explicar, demonstrar etc.)

Criação de critérios coletivos de avaliação

Estratégia menos ativa

Memorização

Reprodução de informações

Resolução de problemas como ilustração de conteúdo memorizado

Reprodução de protocolos e tutoriais fechados

Imitação de método

Repetição de uma mesma estratégia

Foco individual. Não Construção de responsabilidades coletivas

Não realização de registro de processo (aprendizagem fica invisível no processo)

Exposição teórica (enfoque de receber transmissão de informações teóricas de alguém)

Estudo sozinho

Recebimento de critérios de avaliação prontos

FONTE: Elaboração própria baseado em ANDRADE, SARTORI, 2018, p.180.

⁶ “Por meio de um complexo e progressivo processo de interiorização, a ação, a atividade sobre o mundo, se forma como conceito e como pensamento (WALLON, 2008; VIGOTSKI, 1989; LEONTIEV e GALPERIN apud BACICH, 2016). (...) Do ponto de vista neurobiológico, “memória é a aquisição, conservação e evocação de informações. A aquisição se denomina *aprendizado*” (IZQUIERDO: 2004, p.15). Os tipos de memórias e de aprendizagem variam de acordo com as mediações e os contextos individuais e sociais em que se formam”. ANDRADE e SARTORI, 2018, p.179. As pesquisas de neurociência e educação avançaram muito nas evidências de como o cérebro aprende. Para um compêndio, ver NRC, 2012; 2000; CONSENZA e GUERRA, 2011. A revista Neuroeducação (Editora Segmento/Instituto Ayrton Senna) tem cumprido um papel importante na divulgação científica deste campo do conhecimento para as escolas brasileiras.

Todas essas estratégias de aprendizagem podem ter relevância e pertinência no desenho das didáticas de todas as áreas do conhecimento e das diferentes pedagogias. Todas podem ser combinadas e mobilizadas de diversas formas dependendo do objetivo do currículo. Como afirmam muitos autores (MORAN 2015; MOREIRA, 2014; ZABALA, 1998), as estratégias metodológicas precisam acompanhar os conteúdos e os objetivos pretendidos em um percurso de aprendizagem coerente e pertinente.

Por exemplo, memorização, reprodução de informações ou tutoriais podem ser etapas necessárias para a formação de memórias, de repertório conceitual e procedimental e, portanto, de condições mínimas para a capacidade de formular hipóteses. Observar e assistir o professor demonstrar conhecimentos e procedimentos são ações que ajudam a desenvolver a percepção e ampliação dos esquemas mentais. No entanto, se o professor enfatiza apenas atividades da coluna de “estratégias menos ativas”, o estudante *tende a se desengajar* e ter um enfoque mais superficial, raso, e, portanto, *tende a não formar* memórias de longa duração e a não construir ativamente seu próprio conhecimento ou procurar conectá-lo com sua vida. Nesse caso, sua tendência é criar memórias de curto e médio prazo, reproduzindo mecanicamente informações para atender a uma demanda externa a ele (a do professor) e, após testes e provas, esquecer tudo o que estudou (ANDRADE, SARTORI, 2018, p.180).

Dica

LEIA SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
NA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Currículo na Educação Integral

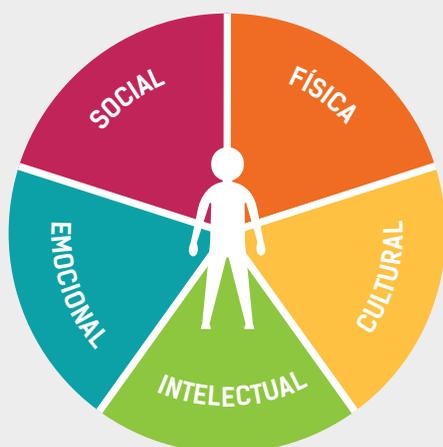
Não há um único e melhor modo de ensinar a todos.

Propostas pedagógicas de qualidade são aquelas que efetivamente consideram as necessidades e possibilidades de aprendizagem dos sujeitos para os quais se destinam. Por isso é fundamental que os professores aprendam a avaliar o conhecimento prévio de seus alunos, para que possam ampliar o repertório de propostas desenvolvidas na sala de aula, na escola como um todo, no território educativo. Nesse sentido, é fundamental que as equipes gestoras (da escola e da rede) estimulem processos formativos que contribuam para o repertório didático-pedagógico de seus professores

O que é desenvolvimento?

O desenvolvimento refere-se a um processo de origem natural, biológica, fisiológica, que tem uma tendência espontânea (programada pela genética), mas é fortemente condicionado por fatores ambientais e sociais. O desenvolvimento humano é um processo sempre multidimensional, que estende-se por todo ciclo de vida e tem especificidades em cada etapa – na infância, na puberdade, na adolescência, na vida adulta, no envelhecimento. A primeira infância e a adolescência são períodos especialmente sensíveis pois ocorre uma reciclagem neuronal em que memórias inativas são apagadas e novas redes neuronais são intensamente refeitas.

Como um ideal formativo para a garantia de direitos humanos e, em especial, no direito à educação básica, a educação para o desenvolvimento integral visa que todos/todas e cada um/uma sejam intencionalmente estimulados, nutridos, assistidos e reconhecidos em todas suas múltiplas dimensões: físicas, sociais, culturais, intelectuais e emocionais.



Múltiplas
dimensões do
desenvolvimento

Centro de Referências em Educação Integral

As Dimensões do Desenvolvimento Integral são definidas como⁷:

Dimensão física: relaciona-se à compreensão das questões do corpo, do autocuidado e da atenção à saúde, da potência e da prática física e motora.

Dimensão emocional ou afetiva: refere-se às questões do autoconhecimento, da autoconfiança e capacidade de auto realização, da capacidade de interação na alteridade, das possibilidades de auto reinvenção e do sentimento de pertencimento.

Dimensão social: refere-se à compreensão das questões sociais, à participação individual no coletivo, ao exercício da cidadania e vida política, ao reconhecimento e exercício de direitos e deveres e responsabilidade para com o coletivo.

Dimensão intelectual: refere-se à apropriação das linguagens, códigos e tecnologias, ao exercício da lógica e da análise crítica, à capacidade de acesso e produção de informação, à leitura crítica do mundo.

Dimensão cultural: diz respeito à apreciação e fruição das diversas culturas, às questões identitárias, à produção cultural em suas diferentes linguagens, ao respeito das diferentes perspectivas, práticas e costumes sociais.

⁷ Centro de Referências em Educação Integral (CREI, 2018, Na Prática, Caderno 1, p.34.). Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/na-pratica/>>. Último acesso em 03/09/2018.

As disposições naturais e sociais para cada uma dessas dimensões da experiência humana são indissociáveis dos contextos da vida nos diferentes territórios: as especificidades dos modos de vida urbano, no campo ou na itinerância se apresentam nos estudantes, na comunidade, na vida escolar e, conseqüentemente, na rede de ensino.

Da mesma forma, as etapas ou fases do desenvolvimento – e as culturas próprias das diversas infâncias, adolescências, juventudes e vidas adultas – são reconhecidas e assumidas pela legislação brasileira como parte integrante dos objetivos de desenvolvimento e aprendizagem.

Por fim, igualmente importante e estratégico em um país desigual como o Brasil, a multidimensionalidade do desenvolvimento evoca o reconhecimento e valorização das singularidades, das comunidades de práticas e das identidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade, religiosas, territoriais, socioeconômicas, linguísticas, como partes estruturantes do processo educativo. Em síntese:

- **O desenvolvimento integral dos sujeitos** está ligado aos seus contextos de vida;
- **A legislação educacional brasileira** reconhece a singularidade de cada etapa do desenvolvimento;
- **Para assegurar direitos** para todos e cada um, superando as desigualdades, é preciso reconhecer as diversidades dos estudantes brasileiros

Como aprendizagem e desenvolvimento se articulam na construção de conhecimento?

A articulação dos conceitos de desenvolvimento, aprendizagem e construção de conhecimentos na concepção de Educação Integral visa defender que é papel da escola garantir o direito de crianças e jovens a se desenvolver por meio da aprendizagem e construção de conhecimentos poderosos para suas vidas. Entendemos por conhecimentos poderosos conceitos, linguagens, competências, habilidades, valores, comportamentos, hábitos e disposições que permitam aos sujeitos ter autonomia para participação no mundo contemporâneo e para a realização de seus projetos de vida.

A tradição da escola brasileira tem sido a de valorizar currículos transmissivos, em que predomina o trabalho com uma enorme quantidade de conteúdos conceituais, a fragmentação e a falta de articulação entre áreas do conhecimento. Quando é assim, o trabalho realizado com leitura em Língua Portuguesa não se relaciona, por exemplo, com a necessária ampliação da compreensão leitora de problemas em Matemática ou de textos expositivos utilizados nas demais áreas; o estudo das rochas e da formação do relevo, em Geografia, não é conectado ao estudo das rochas, do solo e dos seres vivos, em Ciências. Nesse tipo de currículo, a perspectiva de ensino não considera a necessária vinculação entre aprendizagem e desenvolvimento; a curiosidade e espírito investigativo das crianças e dos adolescentes (que poderiam ser aguçados por propostas interdisciplinares) não são estimulados, não favorecem o seu engajamento. Nesses casos, o enfoque disciplinar naturaliza os componentes nos currículos (ensina-se por disciplinas porque sempre foi assim), apresentando-os de forma desarticulada e, muitas vezes, com pouco sentido para os estudantes.

A Educação Integral, por sua vez, propõe um enfoque multidimensional e integrador que estimula os estudantes a pensar, a sentir, a se comunicar, a experimentar e a descobrir o mundo em suas partes, conexões e sistemas a partir dos métodos, linguagens e códigos das diferentes áreas do conhecimento e componentes curriculares.

Sugestão de aprofundamento

A escola como comunidade de prática de construção de conhecimento

Nas escolas de educação para o desenvolvimento integral é necessário que a construção de conhecimento articulada pelo currículo escolar fortaleça processos colaborativos e comunicacionais que facilitem a transposição de saberes e práticas entre a escola e a vida e entre a escola e o território. Este domínio flexível de conhecimentos, como capacidade de transferir conhecimentos, habilidades, atitudes de um contexto a outro (entre áreas do conhecimento, da escola para a vida)

corresponde ao objetivo curricular de desenvolver competências gerais. Na Educação Integral os conhecimentos acadêmicos devem se articular com os saberes e potenciais educativos do território e permitir que, dentro e fora dos muros da escola, estudantes e professores experimentem aprendizagens situadas em comunidades de prática de construção de conhecimento e cultura, ou seja, grupos deliberados de aprendizagem em que todos se sentem confiantes em colaborar, errar, se expressar e criar conhecimentos e invenções juntos.

Dica

1

Conheça mais sobre o conceito de comunidades de prática



Clique aqui

Dica

2

VEJA SOBRE O CONCEITO DE SABERES E POTENCIAIS EDUCATIVOS DO TERRITÓRIO NO CAPÍTULO 3

“Elementos para articular currículo e território”

Essa perspectiva vem sendo estimulada na legislação da educação brasileira, especialmente a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, com agrupamentos de componentes curriculares por áreas de conhecimento. Quando as DCNs propõem a visão de superação da fragmentação dos conteúdos e das experiências de aprendizagem em tempos, espaços e disciplinas estanques estimulam que as escolas organizem seus currículos fomentando continuidades de estudo e de comunidades de prática de construção de conhecimento:

“A organização do Currículo por áreas de conhecimento – Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências Naturais (como proposto originalmente nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica) – passa a ser uma estratégia pedagógica que visa aproximar tradições e saberes, na perspectiva de ampliar a potencialidade de diálogo entre estes saberes. A área não se constitui, assim, numa disciplina de segunda ordem, com novos limites. Cada diferente componente curricular que constitui as áreas tem um conjunto de conhecimentos, práticas, linguagens que, em diálogo com outras tradições, desenha novas perspectivas de investigação e procedimentos para fazer avançar o conhecimento ou projetar outras possibilidades de significação. Assim, para elaborar um currículo na perspectiva do direito de aprender e desenvolver-se, ou seja, na perspectiva dos sujeitos do processo educativo, parte-se do pressuposto de que o aprender e desenvolver-se se realizam como processos contínuos de significação. Isto se torna possível, por um lado, quando os saberes, sistematicamente produzidos e organizados, dialogam com outros saberes de mesmo nível, e, por outro lado, quando dialogam com os desafios interpostos pela realidade e abrem novas possibilidades de expressão, de representação e de significação.” (BONINI et al, 2018, p.70)

Nesse sentido, imbricar objetivos de desenvolvimento e aprendizagem significa defender o direito à construção coletiva, significativa, pertinente e relevante do conhecimento para os sujeitos da educação e para o mundo contemporâneo como já afirmava a LDB.⁸ Adotar as competências como um mapa global dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as áreas e para a educação situada no território significa postular que a escola deve criar condições práticas e coerentes para garantir esses direitos.

⁸ “Art. 24: A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos. § 1º A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares. § 2º Constituem exemplos de possibilidades de integração do currículo, entre outros, as propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores, projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, currículos em rede, propostas ordenadas em torno de conceitos-chave ou conceitos nucleares que permitam trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal, e projetos de trabalho com diversas acepções.” (BRASIL, 1996).

Dica

VER MAIS SOBRE ESSE
DEBATE NO
CAPÍTULO 3

Por que
currículos
baseados em
competências
gerais?

APROFUNDE SUA
REFLEXÃO SOBRE
o conceito de
competências



Clique aqui

Dica

APROFUNDE SUA
REFLEXÃO SOBRE

a importância da
contextualização
no ensino e na
aprendizagem



Clique aqui

Construção de conhecimento na Educação Integral: o papel das práticas pedagógicas integradoras

As práticas pedagógicas na Educação Integral visam facilitar a construção individual e coletiva de conhecimentos por meio da criação de sentidos compartilhados. Isso significa que o trabalho pedagógico de facilitar processos de contextualização do ensino e da aprendizagem são muito importantes. Contextualizar sentidos e significados na aprendizagem de qualquer tema é a ação de tecer sentidos e significados junto, em um coletivo. Ou seja, significados “gerais” ou “universais” dos conhecimentos de cada área (nas linguagens, na matemática, nas ciências, nas artes, etc) são tecidos junto com os sentidos construídos, praticados e compreendidos no contexto de cada comunidade escolar.

Essa noção de construção do conhecimento escolar se aproxima, de certa maneira, de referências conhecidas nas pesquisas das didáticas das disciplinas. De cada campo de conhecimento, sabemos, por exemplo, do valor da contextualização como trabalho de cada professor, como uma operação didático-pedagógica que busca garantir a construção de significados – aproximando o universo conhecido do estudante do objeto e das linguagens de estudo – demonstrando que quanto mais conexões e sentidos o estudante estabelece com o conteúdo, mais significados pode construir e, portanto, mais pode aprender.

Do mesmo modo, não é exatamente uma novidade que o conhecimento consistente

do território (ambientes, espaços, sujeitos/agentes) – e da realidade local, dos saberes e práticas vividos no cotidiano, se associa ao desenvolvimento das capacidades de contextualização, questionamento, estranhamento crítico, imaginação, visualização, decisão, representação e criação, ou seja, capacidades fundamentais para o desenvolvimento de competências que requerem abstração de conceitos e a leitura de padrões:

“Formar crianças e jovens nesses campos de significados herdados, representados pelas diversas disciplinas do conhecimento, ganha sentido dentro do conjunto de circunstâncias temporais, espaciais e culturais em que se encontra cada escola, cada turma, cada estudante, ou seja, seu contexto de vida e de significação. A contextualização é o primeiro passo para esta construção ativa do conhecimento, pois ao determinar as condições de sua inserção e os limites de sua validade: “a evolução cognitiva não caminha para o estabelecimento de conhecimentos cada vez mais abstratos, mas, ao contrário, para sua contextualização. É a condição essencial da eficácia do funcionamento cognitivo” (MORIN, 2002, p. 34). Nesse sentido, é possível pensar uma articulação entre duas operações. A primeira seria a contextualização inicial do conhecimento por meio de situações-problema que façam sentido ao universo conhecido daquele que aprende. E a segunda, parte de uma descontextualização, no sentido de estabelecimento de conclusões e conceitos mais generalizáveis e abstratos, que transcendam a experiência e as situações vividas (CRAHAY, 2006; NRC, 2012). Ou seja, da contextualização inicial para promover sentido e engajamento na construção do conhecimento à transferência a outros contextos (próximos ou distantes).” (ANDRADE, SARTORI, 2018, p. 182-183)

Dica

REFLITA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS
das áreas do conhecimento para
o desenvolvimento integral e a
importância da contextualização no
ensino e na aprendizagem



Clique aqui

Ciclo de Aprendizagem contínua

As práticas pedagógicas em Educação Integral devem manter a aprendizagem como um ciclo ativo e contínuo baseado no estímulo às capacidades de autonomia, de protagonismo e de experimentação das crianças e jovens.

Ciclo de aprendizagem contínua

Compartilhar e comunicar a aprendizagem

para outros; comparar o que se sabia antes e o que se aprendeu; refletir sobre erros, acertos, desafios, facilidades e dificuldades; deixar claro para você mesmo o que e como você aprendeu e que dúvidas ou questões você ainda tem.

Imaginar, observar, questionar

a partir do contexto dos estudantes: seus conhecimentos prévios, suas características, suas práticas culturais, seu território de identidade, seus sonhos, suas hipóteses, suas ideias, sentimentos e percepções.



Pesquisar, comparar, relacionar, descobrir, experimentar, criar,

colocar-se no lugar do outro, praticar diversas formas de colaboração e desenvolver pensamento e repertório pelas diversas estratégias de estudo.

Centro de Referências em Educação Integral

Ciclo de aprendizagem e como ele deve ser continuamente mantido ativo por meio de práticas pedagógicas que estimulem o engajamento, a investigação e a demonstração de aprendizagens pelos estudantes quando constroem conhecimentos relevantes e desenvolvem competências.

Para manter o ciclo ativo nas diversas áreas do conhecimento e nas diversas abordagens metodológicas, as práticas pedagógicas em Educação Integral visam oferecer:

- **Múltiplas formas de estudo** e de investigação;
- **Múltiplas linguagens** na apresentação dos conteúdos de ensino e de aprendizagem, diversificando e articulando oralidade, imagem, textos, gráficos, vídeo, música, linguagem gestual e corporal, enfim, múltiplos estímulos aos sentidos e aos modos de representação);
- **Múltiplas ocasiões de interação** com os conteúdos de aprendizagem para favorecer sua assimilação mais profunda e significativa; (não basta “dar a aula” sobre um tema uma única vez);
- **Múltiplas formas de interação** entre os estudantes – desenvolver comunicação e argumentação em duplas, trios, grupos, conjunto da turma, assembleia para debate ou apresentação – (não basta apenas ler livros didáticos e fazer exercícios);
- **Múltiplas formas de despertar** o interesse e o engajamento na atividade de estudo (para além dos deveres e da obrigação em estudar) para ampliar a motivação e capacidade de construir sentidos e significados compartilhados (não basta estudar para ir bem nas provas e passar de ano).

Dica

1

VEJA O QUE É
CONSTRUIR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
DE CURRÍCULO ALINHADAS À
EDUCAÇÃO INTEGRAL NO CAPÍTULO 3

“o que é
currículo na
Educação
Integral?”

Dica

2

Complemente a
reflexão sobre
a questão das
escolhas didáticas



Clique aqui

Avaliação como processo formativo

Na perspectiva da Educação Integral busca-se que o processo de construção do conhecimento seja o mais possível autoconsciente e suportado por um processo de reflexão e autoavaliação coletivo. Não basta que as crianças se desenvolvam e ampliem suas capacidades individualmente, mas que se fortaleçam na capacidade de compartilhar critérios e linguagens comuns para avaliar e auto avaliar suas aprendizagens.

Princípios-chave para o desenvolvimento e a avaliação formativa (contínua) das práticas pedagógicas comprometidas com direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral:

① Ser exequível e relevante para os estudantes

- Sempre considerar conhecimentos prévios dos estudantes: que hipóteses e experiências têm em relação ao tema de estudo? Que perguntas emergem dessa sondagem?
- Estimular propostas que conectem autonomia, pertencimento, habilidade e motivação⁹, ou seja, para o estudante, a atividade aparece assim:
 - › Tenho autonomia para fazer (mesmo que em pares ou grupos);
 - › Tenho capacidade para fazer (não é difícil demais que eu nem tento fazer; nem fácil demais que me desmotive);
 - › Tenho motivação para fazer (sinto-me envolvido por todas as questões anteriores e porque sinto que é relevante e pertinente para mim).

② Responder a desafios de aprendizagem e desenvolvimento integral:

- Envolver estudantes na construção de problemas para estudo e investigação em sala de aula a partir do que se observa no território (contexto do bairro, meio ambiente, relevo, clima, condições de infraestrutura, saberes locais – de culinária, artesanato, agricultura, festas populares etc. –, profissão dos pais,

⁹ Trata-se da proposta teórico-prática ABC+M: autonomia+pertencimento (*belonging* em inglês)+Capacidade+Motivação formulada por BONDIE e ZUSHO (2018). Saiba mais em: < <http://educacaointegral.org.br/metodologias/como-cultivar-o-ciclo-da-motivacao-entre-os-alunos/>>. Último acesso em 30/08/2018.

origem das famílias, etc. se tornam disparadores de objeto de estudo sistemático pelo conjunto de professores);

- Facilitar a construção de conhecimentos: planejar situações didáticas de investigação de problemas ou dilemas, garantir o levantamento de hipóteses, a experimentação, a observação atenta e mediar a organização lógica de argumentos, evidências e conclusões;
- Oferecer situações de experimentação e criação em que os estudantes sejam convidados a coletiva e autonomamente a criar, colaborar, reelaborar, testar, avaliar, registrar e comunicar suas hipóteses e ideias;
- Estimular autoavaliação e autoconhecimento, comparando e registrando o que se sabia antes e depois de um estudo; valorização do reconhecimento e do estudo do erro para tomada de consciência sobre como se pensa e se resolve problemas; autoavaliar o que foi mais fácil e mais difícil e porquê; investigar, descrever e registrar coletiva e individualmente oportunidades de melhora.

3 **Envolver processos (para estudantes e professores) que aproximem escola e vida, integrando cultura local e conhecimento escolar:**

- Oferecer diferentes arranjos de tempo e de espaço de estudo, dentro e fora da sala de aula, com possibilidade de uso e experimentação de diferentes materiais para investigação e (re)criação;
- Recorrer a diferentes parcerias entre professores: planejamento em conjunto; composição de aulas em dupla, como “dobradinhas de aulas”; projetos em parceria, atividades permanentes compartilhadas, ou roteiros, dentre inúmeras possibilidades.

<p>Dica</p> <p>1</p> <p>CONHEÇA O RESUMO DO PROJETO DE PESQUISA</p> <p>“Avaliação para a Educação Integral”</p> <p>REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ E A MOVE SOCIAL SOB FINANCIAMENTO DA FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL</p> <p></p> <p>Clique aqui</p>	<p>Dica</p> <p>2</p> <p>Conheça a ideia de saber fazer coletivo como expertise colaborativa coletiva entre professores</p> <p></p> <p>Clique aqui</p>
--	--

Recomendações para seleção de estratégias de avaliação na Educação Integral:

- **A avaliação deve ser contextualizada** e estar a serviço de cada território, escola e sujeito.
- **A avaliação é tida como instrumento** que integra e cria sinergia nos diversos âmbitos responsáveis pela implementação da Educação Integral e pela aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens.
- **A avaliação é multidimensional.** Todas as suas categorias (somativas, formativas e de performance) e dimensões operam conjuntamente e não de maneira fragmentada.
- **A avaliação é caminho para aprendizagem** e deve ser formativa para todas e todos que dela participam.
- **A noção de qualidade** é socialmente construída no tempo e no espaço e requer diálogo com a comunidade escolar para ser definida.
- **A auto avaliação potencializa** a autonomia dos sujeitos nela envolvidos através do exercício da participação e de reflexão de suas práticas.
- **A auto avaliação pode tornar** a avaliação externa mais eficaz ao contextualizar os resultados das escolas e, para além das práticas de avaliação da aprendizagem, inaugurar a perspectiva da avaliação como aprendizagem.